

Programa do Procedimento

Processo n.º 2025/DGFCP/0349

Subscrição de Licenciamento Microsoft de Suporte aos Serviços

Conteúdo

Capítulo I	Disposições Gerais	1
Artigo 1º	Objeto do procedimento.....	1
Artigo 2º	Divisão por lotes	1
Artigo 3º	Entidade pública adjudicante	1
Artigo 4º	Órgão que tomou a decisão de contratar	1
Artigo 5º	Fundamento da escolha do procedimento	2
Artigo 6º	Impedimentos.....	2
Artigo 7º	Agrupamentos.....	2
Artigo 8º	Disponibilização e acesso ao procedimento.....	2
Artigo 9º	Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento 3	
Capítulo II	Preço.....	4
Artigo 10º	Preço base	4
Artigo 11º	Preço anormalmente baixo	4
Artigo 12º	Indicação do preço	4
Capítulo III	Propostas.....	5
Artigo 13º	Documentos que constituem a proposta	5
Artigo 14º	Prazo e modo de apresentação da proposta.....	6
Artigo 15º	Idioma dos documentos da proposta.....	6
Artigo 16º	Prazo de manutenção das propostas.....	7
Artigo 17º	Apresentação de propostas variantes.....	7
Artigo 18º	Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....	7
Artigo 19º	Análise das propostas	7
Artigo 20º	Consultores e estudos de apoio à decisão.....	8
Artigo 21º	Esclarecimentos e suprimientos de propostas.....	8
Artigo 22º	Critério de adjudicação	9
Artigo 23º	Leilão eletrónico	10
Artigo 24º	Relatório preliminar.....	10
Artigo 25º	Audiência prévia	10
Artigo 26º	Relatório final	10
Capítulo IV	Adjudicação	11
Artigo 27º	Notificação da decisão de adjudicação.....	11
Artigo 28º	Causas de não adjudicação.....	11

Capítulo V	Contrato, Habilitação e Caução	12
Artigo 29º	Redução do contrato a escrito.....	12
Artigo 30º	Aprovação e notificação da minuta de contrato	12
Artigo 31º	Aceitação da minuta de contrato	12
Artigo 32º	Documentos de habilitação	12
Artigo 33º	Idioma dos documentos de habilitação	14
Artigo 34º	Cumprimento das obrigações legais e contratuais.....	14
Artigo 35º	Valor da Caução	15
Artigo 36º	Outorga do contrato.....	15
Capítulo VI	Disposições finais	15
Artigo 37º	Dever de colaboração	15
Artigo 38º	Prazos	15
Artigo 39º	Encargos contratuais.....	15
Artigo 40º	Legislação Aplicável	16
Capítulo VII	Anexos	16

Capítulo I | Disposições Gerais

Artigo 1º | Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto principal a **Subscrição de Licenciamento Microsoft de Suporte aos Serviços**, em conformidade com as especificações técnicas do respetivo caderno de encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal www.acingov.pt, mediante registo.

Artigo 2º | Divisão por lotes

Apesar do preço base ser superior a 135.000€, a CCDR Alentejo, I.P. não procedeu à divisão do procedimento por lotes dado que as prestações abrangidas pelo objeto são técnica ou funcionalmente incindíveis, conforme o disposto no art.º 46º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 3º | Entidade pública adjudicante

1. A entidade pública adjudicante denomina-se **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.**, de ora em diante designada por **CCDR Alentejo, I.P.**, com o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 517 699 044, com morada fiscal em Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-514 Évora.
2. Os demais dados referentes à entidade pública adjudicante podem ser consultados na sua página eletrónica, disponível em www.ccdr-a.gov.pt/
3. O endereço de correio eletrónico privilegiado para qualquer contacto referente ao presente procedimento é o endereço aprovisionamento@ccdr-a.gov.pt

Artigo 4º | Órgão que tomou a decisão de contratar

Pelo **Conselho Diretivo da CCDR Alentejo, I.P.**, com representação legal do seu órgão máximo de direção pelo Sr. Presidente do Conselho Diretivo, Dr. António José Ceia da Silva, no âmbito do uso das competências próprias conferidas pelos artigos 17.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugadas com as atribuídas pelo artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, assim como nos termos do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

Artigo 5º | Fundamento da escolha do procedimento

Face ao valor do procedimento adotou-se o procedimento de concurso público com publicidade internacional, ao abrigo do disposto na alínea a), n.º 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Artigo 6º | Impedimentos

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que violem qualquer das disposições previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 7º | Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio.

Artigo 8º | Disponibilização e acesso ao procedimento

1. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela CCDR Alentejo, I.P., acessível através do endereço mencionado no n.º 2 do Artigo 1º | do presente programa do procedimento, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o programa do procedimento e caderno de encargos estão disponíveis nos serviços da entidade adjudicante, para consulta, na morada anteriormente indicada, onde pode ser examinado até ao prazo limite de apresentação das propostas, todos os dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00.

Artigo 9º | Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma de contratação pública.
2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, pelo canal de comunicação referido, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões referidos na alínea d) e aqueles que o concorrente, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato.
4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a. O nomeado para a condução do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelo canal de comunicação referido anteriormente;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, pelo canal de comunicação referido, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido na alínea anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.
7. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem

alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

8. A pedido fundamentado do interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do CCP.
9. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados pelo canal de comunicação definido e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto, nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do CCP.
10. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Capítulo II | Preço

Artigo 10º | Preço base

1. O preço base do procedimento encontra-se expresso no caderno de encargos, nos termos do artigo 47.º do CCP.
2. A definição do preço base teve como referência contrato(s) vigente(s) em anos anteriores, com os necessários ajustamentos de acordo com objeto considerados no presente procedimento e conforme período de vigência a contratualizar.

Artigo 11º | Preço anormalmente baixo

Não é definido nenhum preço ou custo anormalmente baixo.

Artigo 12º | Indicação do preço

1. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir o IVA.
2. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.

3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de qualquer divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Capítulo III | Propostas

Artigo 13º | Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (ESPD – European Single Procurement Document) em substituição da declaração do Anexo I do CCP. O referido documento encontra-se disponível para preenchimento no seguinte link <https://ec.europa.eu/tools/espd>
 - b. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o **Modelo 01** anexo ao presente programa, que deve ser enviada em ficheiro pdf com a designação “AnexoI_[designação _empresa].pdf”;
 - c. Declaração do concorrente, devidamente assinada, que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, em conformidade com o **Modelo 02** deste Programa de Procedimento;
 - d. Documentos que contenham os atributos da proposta submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - e. Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o concorrente se vincula;
 - f. O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
2. Deverá também, junto à proposta, ser remetida a certidão do registo comercial ou declaração de início de atividade, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, para confronto dos poderes de representação.

Artigo 14º | Prazo e modo de apresentação da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados na plataforma de contratação pública, **até às 23:59 horas do 30º (trigésimo) dia** a contar da data do envio do anúncio para publicitação no Diário da República.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado pelo canal de comunicação definido, aplica-se o previsto no n.º 5 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A proposta e todos os documentos que lhe associarem devem ser **assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada**, nos termos previstos no artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
4. Se os documentos da proposta forem assinados por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.
5. Quando os documentos da proposta forem assinados por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes da representação do mesmo.
6. Quando os documentos da proposta forem assinados por concorrente enquanto **pessoa singular**, é necessário apresentar a **declaração de início de atividade**.
7. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no artigo anterior devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
8. O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

Artigo 15º | Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou língua inglesa (nos termos previstos no art.º 58º do CCP), ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais.

Artigo 16º | Prazo de manutenção das propostas

O prazo de validade das propostas é de **66 (sessenta e seis) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos previstos no artigo 65º do CCP.

Artigo 17º | Apresentação de propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 18º | Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da plataforma eletrónica de contratação pública.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na subalínea a do presente ponto.

Artigo 19º | Análise das propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos que densificam o critério de adjudicação.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b. Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos;
 - c. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas;
 - d. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
 - e. Que nas variáveis de avaliação qualitativas não tenham os critérios mínimos definidos;
 - f. Que o preço contratual seria superior ao preço base;
 - g. Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;

- h. A existência de indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- i. Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- j. Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
- k. Que violem quaisquer das demais disposições previstas no Código dos Contratos Públicos

Artigo 20º | Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

Artigo 21º | Esclarecimentos e suprimientos de propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

5. Os pedidos formulados pelo júri formulados, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 22º / Critério de adjudicação

6. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **monofator**, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, densificado pelo seguinte fator: preço.
7. Em caso de empate entre uma ou mais propostas, será aplicado o sorteio presencial, de acordo com as regras abaixo enunciadas:
- a. Todos os interessados serão notificados da data, hora e local do sorteio;
 - b. Participam do sorteio no mínimo três elementos do júri com disponibilidade para o ato, bem assim como os representantes dos concorrentes igualmente disponíveis, credenciados para efeitos da sua identificação;
 - c. Podem ainda participar no sorteio os demais interessados no procedimento, desde que devidamente credenciados;
 - d. O resultado do sorteio constará do relatório preliminar, no qual serão igualmente identificados os representantes dos concorrentes presentes e os demais interessados que comparecerem ao sorteio;
 - e. A presença por parte dos representantes dos concorrentes não é mandatária, pelo que a sua não comparência não impede a sua integração na realização do sorteio;
8. O sorteio obedece à seguinte metodologia:
- a. A designação de cada concorrente empatado é escrita em papel branco, posteriormente dobrado em quatro ou mais partes e colocado em recipiente opaco, fechado, suficientemente resistente e amplo;
 - b. Os procedimentos descritos na alínea anterior serão realizados por um dos elementos do Júri e processar-se-ão na presença de todos os participantes no sorteio;
 - c. Posteriormente, o Presidente do Júri, ou, na sua ausência, um dos vogais presentes, preferencialmente um vogal efetivo, deverá agitar o recipiente atrás referido e proceder à retirada individual dos papéis com a designação dos concorrentes;
 - d. A ordenação dos concorrentes corresponderá à ordem de retirada dos referidos papéis;
 - e. O sorteio é dado por encerrado com a leitura da ordenação das propostas por parte do Presidente do Júri, ou, na sua ausência, por um dos vogais presentes, preferencialmente um vogal efetivo.

Artigo 23º | Leilão eletrónico

Não haverá lugar a leilão eletrónico.

Artigo 24º | Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 25º | Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, de cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
2. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso a todas as informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

Artigo 26º | Relatório final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Capítulo IV | Adjudicação

Artigo 27º | Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-se-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos neste programa do procedimento;
 - b. Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto deste programa do procedimento;
 - c. Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d. Se pronunciar sobre a minuta do contrato;
 - e. Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 28º | Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a. Nenhum concorrente haja apresentado propostas;
 - b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d. Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Capítulo V | Contrato, Habilitação e Caução

Artigo 29º | Redução do contrato a escrito

Conforme previsto no artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas.

Artigo 30º | Aprovação e notificação da minuta de contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do Artigo 26º do presente programa.

Artigo 31º | Aceitação da minuta de contrato

A minuta de contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 32º | Documentos de habilitação

1. No caso de adjudicação, o concorrente deve apresentar, **no prazo de 5 dias úteis** a contar da notificação para a sua apresentação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração do concorrente, elaborada em conformidade com o **Modelo 3** constante ao presente convite – Anexo II do CCP;
 - b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e), e h) do artigo 55.º do CCP:
 - i. Certificado de registo criminal em nome da pessoa singular ou pessoa coletiva, conforme aplicável;
 - ii. Certificado de registo criminal (ou similar quando concorrente estrangeiro) de todos os proprietários, administradores ou gerentes, conforme certidão permanente, quando o adjudicatário é pessoa coletiva;
 - iii. Certidão de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira (ou similar quando concorrente estrangeiro);
 - iv. Certidão de não dívida à Segurança Social (ou similar quando concorrente estrangeiro);

- v. Demais documentos que o adjudicatário considere relevantes.
- c. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - d. Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP [se aplicável]
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos na alínea anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do no n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.
 3. Os documentos de habilitação devem ser apresentados pelo canal de comunicação definido; no caso da plataforma eletrónica se encontrar indisponível, os documentos de habilitação devem ser enviados para o endereço eletrónico indicado no presente convite.
 4. O adjudicatário pode, em substituição da apresentação da reprodução dos documentos de habilitação, indicar o endereço do sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 5. Nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação poderá ser **prorrogado por um prazo máximo de 3 dias**, se essa prorrogação for solicitada, pelo adjudicatário, em tempo útil e devidamente fundamentada.
 6. Não é necessária a apresentação dos documentos previstos na subalínea 1.b do Artigo 32º | , caso o adjudicatário se encontre devidamente registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, disponível em www.pnfe.impic.pt
 7. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 3 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
 8. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta,

fixando-lhe um prazo adicional de 3 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

9. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
10. O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 33º | Idioma dos documentos de habilitação

Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em **língua portuguesa ou língua inglesa**, ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais.

Artigo 34º | Cumprimento das obrigações legais e contratuais

1. Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume essa celebração, no presente procedimento é exigido ao adjudicatário a prestação de uma caução.
2. Pode não ser exigida a prestação de caução quando:
 - a. O preço contratual for inferior a 500.000,00€;
 - b. O adjudicatário seja uma entidade prevista nos artigos 2.º ou 7.º do Código dos Contratos Públicos; ou
 - c. Se trate dos contratos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, ainda que exista contrato escrito.
3. Quando, em conformidade com o previsto no número anterior, não tenha sido exigida a prestação da caução, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, desde que tal faculdade seja prevista no caderno de encargos.
4. Não é exigida a prestação de caução quando o adjudicatário apresente seguro de execução do contrato a celebrar, emitido pela entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com

o adjudicatário, pelo mesmo montante emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

Artigo 35º | Valor da Caução

Não é exigida caução no presente procedimento.

Artigo 36º | Outorga do contrato

A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a. Apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos;
- b. Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
- c. Comprovada a prestação da caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP, quando aplicável.

Capítulo VI | Disposições finais

Artigo 37º | Dever de colaboração

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
2. A CCDR Alentejo, I.P. pode solicitar por escrito aos concorrentes, quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
3. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

Artigo 38º | Prazos

A contagem dos prazos nas fases de formação e de execução do contrato, regem-se segundo o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP, respetivamente.

Artigo 39º | Encargos contratuais

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente concurso e do adjudicatário relativas à celebração do contrato.

Artigo 40º | Legislação Aplicável

O contrato é regulado pelas normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.

Capítulo VII | Anexos

Modelo 01 – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos] – Anexo I ao CCP

Modelo 02 – Modelo de Proposta de Preço

Modelo 03 – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos] – Anexo II ao CCP

NOTA: estes anexos, em formato editável, constituem documentos autónomos das peças do procedimento e fazem parte integrante deste Programa.